



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
SEGUNDA PROCURADORIA**

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO  
DISTRITO FEDERAL**

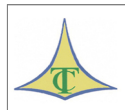
**Representação nº 29/2020 – CF**

O Ministério Público que atua junto a esse Tribunal, no desempenho de sua missão institucional de defender a ordem jurídica, o regime democrático, a guarda da Lei e fiscalizar sua execução, no âmbito das contas do Distrito Federal, fundamentado no texto do artigo 85 da Lei Orgânica do Distrito Federal - LODF; dos artigos 1º, inciso XIV e § 3º, e 76 da Lei Complementar 1/1994 - LOTCDF; e do artigo 99, inciso I, da Resolução 38/1990 - RITCDF, vem oferecer a seguinte

**Representação,  
Pelos seguintes fatos e fundamentos jurídicos, a seguir descritos.**

O MPC/DF recebeu duas denúncias a respeito de suposto irregular recebimento de servidores da SES/DF.

**I - DIRAPS localizada na UBS 2 do Cruzeiro.**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
SEGUNDA PROCURADORIA**

A informação recebida é de que integrantes da Diretoria Regional de Atenção Primária à Saúde - DIRAPS<sup>1</sup>, por estarem, fisicamente, dentro do espaço da UBS 2 do Cruzeiro, estariam recebendo gratificações próprias da atenção primária, como as **Gratificações de Incentivo às Ações Básicas de Saúde – GAB e por Condições Especiais de Trabalho –GCET**, apesar de desenvolverem atividades meramente administrativas. Além disso, a Diretoria, no local em que se encontra, teria dificultado a assistência ao cidadão.

Por esse motivo, o MPC/DF solicitou informações e documentos:

**1) quais são os servidores lotados na DIRAPS, informando seus nomes, matrículas e cargos?**

A **SES/DF** encaminhou a seguinte resposta, acompanhada da planilha que menciona, parte juntada no próximo item:

9. Inicialmente, informamos que em relação ao item “a)”, todos servidores lotados na DIRAPS, enquanto unidade gerencial, **são aqueles relacionados na planilha (37486507) do número 01 até o 31**, e detalhados com matrícula, nome, GAB (se estiver recebendo), GCET (se estiver recebendo), cargo efetivo na SES/DF, código da função (se estiver exercendo), descrição da lotação e status funcional.
0. Todos os demais servidores constantes da planilha (37486507) estão lotados nas GSAPs, **portanto em unidades assistenciais**, que na Região Central são em número de 08 (oito), GERENCIA DE SERVICOS DE ATENCAO PRIMARIA N 1 DO CRUZEIRO, GERENCIA DE SERVICOS DE ATENCAO PRIMARIA N 2 DO CRUZEIRO, GERENCIA DE SERVICOS DE ATENCAO PRIMARIA N 1 DO LAGO NORTE, GERENCIA DE SERVICOS DE ATENCAO PRIMARIA N 1 DA ASA NORTE, GERENCIA DE SERVICOS DE ATENCAO PRIMARIA N 2 DA ASA NORTE, GERENCIA DE SERVICOS DE ATENCAO PRIMARIA N 3 DA ASA NORTE, GERENCIA DE SERVICOS DE ATENCAO PRIMARIA DO VARJAO e GERENCIA DE SERVICOS DE ATENCAO PRIMARIA N 1 DA ASA SUL.

<sup>1</sup> **Segundo o Decreto 39546/18, em vigor, as DIRAPS possuem as seguintes competências:**

Art. 325. Às Diretorias Regionais de Atenção Primária à Saúde - DIRAPS, unidades orgânicas de direção, diretamente subordinadas às Superintendências das Regiões de Saúde, compete:

- I - coordenar e dirigir a Atenção Primária à Saúde como ordenadora da Rede de Atenção à Saúde, a partir da coordenação do cuidado, conforme atributos definidos pela Organização Mundial de Saúde;
- II - implementar as ações definidas pela Regionalização da Saúde;
- III - articular a integração dos equipamentos sociais existentes;
- IV - coordenar o planejamento, contribuir para implementação e acompanhar a execução das políticas, estratégias e programas de saúde vinculados à Atenção Primária à Saúde;
- V - monitorar e avaliar as ações e serviços desenvolvidos;
- VI - analisar e divulgar periodicamente a situação de saúde da Região;
- VII - estabelecer e promover instâncias de gestão colegiada na Atenção Primária à Saúde;
- VIII - identificar as necessidades e promover os espaços de educação permanente para gestores, trabalhadores e usuários;
- IX - pactuar e apoiar a integração entre ensino-serviço e pesquisa;
- X - quantificar e qualificar os recursos materiais, de infraestrutura, de insumos e de equipamentos necessários para os serviços;
- XI - implementar o processo de comunicação ao paciente e seus familiares relacionado ao cuidado, em parceria com as Diretorias Administrativas, Diretorias de Hospital e Diretorias Regionais de Atenção Secundária;
- XII - promover a integração das ações de Vigilância em Saúde com os serviços; e
- XIII - desenvolver outras atividades que lhe forem atribuídas na sua área de atuação.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
SEGUNDA PROCURADORIA

2) confirme se é verdadeira a informação de que os servidores, identificados no inciso anterior, recebem gratificações próprias das UBS. Em hipótese afirmativa, motivar e informar seus valores, para cada servidor referido;

A SES/DF indicou os nomes dos servidores lotados na DIRAPS, destacando os que percebem as gratificações GAB e GCET, conforme tabela a seguir:

	MATRICULA	NOME	GAB	GCET	CARGO	CODIGO FUNCAO	DESCRIÇÃO LOTACAO	STATUS
1	1737090	KELLY BARROSO VITALINO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	MED. DA FAMILIA E COMUNIDADE		DIRETORIA REGIONAL DE ATENCAO PRIMARIA A SAUDE	3 - AFASTADO
2	1283006	VERA LUCIA PEREIRA BOSCO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	MEDICO - PEDIATRIA		DIRETORIA REGIONAL DE ATENCAO PRIMARIA A SAUDE	3 - APOSENTADO OU PENSIONISTA
3	1897144	THAIS FONSECA LIMA	R\$ 761,56	R\$ 1.222,00	TERAPEUTA OCUPACIONAL	DIRETORA	DIRETORIA REGIONAL DE ATENCAO PRIMARIA A SAUDE	2 - NORMAL
4	1984888	MARISA LEANDRO DOS SANTOS NOGUEIRA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	AUXILIAR DE ENFERMAGEM		NUCLEO DE VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E IMUNIZACAO	2 - NORMAL
5	1247271	JOSE RICARDO DA COSTA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	AUXILIAR DE ENFERMAGEM		NUCLEO DE VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E IMUNIZACAO	2 - NORMAL
6	0125975X	EDSON JORGE AMORIM DE PAULA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	AUXILIAR DE ENFERMAGEM		NUCLEO DE VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E IMUNIZACAO	2 - NORMAL
7	1560433	ADRIANA FERNANDES CORREIA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	ENFERMEIRO		NUCLEO DE VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E IMUNIZACAO	2 - NORMAL
8	1734997	VANESSA SUZENY COELHO PLUTARCO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	ENFERMEIRO		NUCLEO DE VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E IMUNIZACAO	2 - NORMAL
9	1735594	ANNA MATISSE LAVOR FERREIRA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	ENFERMEIRO		NUCLEO DE VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E IMUNIZACAO	2 - NORMAL
10	1738909	MARLISE VIEIRA DE MATOS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	ENFERMEIRO		NUCLEO DE VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E IMUNIZACAO	2 - NORMAL
11	14413906	SARA THALITA RIBEIRO DE MAGALHAES	R\$ 0,00	R\$ 0,00	ENFERMEIRO		NUCLEO DE VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E IMUNIZACAO	2 - NORMAL
12	16591356	MARIANA DANTAS BRITO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	ENFERMEIRO		NUCLEO DE VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E IMUNIZACAO	2 - NORMAL
13	16599020	ALINE VIEIRA DA COSTA	R\$ 675,74	R\$ 1.222,00	ENFERMEIRO		NUCLEO DE VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E IMUNIZACAO	2 - NORMAL
14	1365126	DEBORA DE OLIVEIRA MACHADO DANTAS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	ENFERMEIRO		NUCLEO DE VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E IMUNIZACAO	2 - NORMAL
15	1406124	MARISTELA DOS REIS LUZ ALVES	R\$ 0,00	R\$ 0,00	MEDICO - SANITARISTA		NUCLEO DE VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E IMUNIZACAO	2 - NORMAL
16	1464949	SAMUEL SANTOS ASSIS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	OPERADOR DE COMPUTADOR		NUCLEO DE VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E IMUNIZACAO	7 - REQUISITADO
17	14429691	ELAINE MORAES RAUBER	R\$ 0,00	R\$ 0,00	TECNICO ADMINISTRATIVO		NUCLEO DE VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E IMUNIZACAO	3 - AFASTADO
18	14366649	GILMARA LIMA NASCIMENTO	R\$ 1.523,13	R\$ 1.222,00	ENFERMEIRO	GERENTE	GERENCIA DE PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIACAO	2 - NORMAL

19	1439622X	FABIANO DE ANDRADE PEREIRA	R\$ 742,62	R\$ 1.222,00	ADMINISTRADOR		NUCLEO DE GESTAO DE CUSTOS	2 - NORMAL
20	14437929	CARLA CRISTINA LEAO DA CRUZ FREITAS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	ADMINISTRADOR	CHEFE	NUCLEO DE GESTAO DE CUSTOS	2 - NORMAL
21	1742418	TANIA CRISTINA WALZBERG	R\$ 0,00	R\$ 0,00	MED. DA FAMILIA E COMUNIDADE		GERENCIA DE AREAS PROGRAMATICAS DE ATENCAO PRIMARIA A SAUDE	2 - NORMAL
22	1888765	SANDRA JARDENY MOITA DE AGUIAR	R\$ 0,00	R\$ 0,00	TERAPEUTA OCUPACIONAL	GERENTE	GERENCIA DE AREAS PROGRAMATICAS DE ATENCAO PRIMARIA A SAUDE	2 - NORMAL
23	1512129	SIMONY MENDONCA GOMES	R\$ 568,33	R\$ 578,50	AUXILIAR DE ENFERMAGEM		GERENCIA DE ENFERMAGEM	2 - NORMAL
24	14423650	BRUNO MARIANO ALVES PEREIRA	R\$ 724,16	R\$ 1.222,00	ENFERMEIRO	GERENTE	GERENCIA DE ENFERMAGEM	2 - NORMAL
25	1469797	ROSANGELA DEL SARTO MELO FIGUEIREDO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	ENFERMEIRO		GERENCIA DE REGULACAO DA REGIAO DE SAUDE CENTRAL	2 - NORMAL
26	1305492	ANA CELESTE BORGES SERIQUE CARNEIRO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	ENFERMEIRO		GERENCIA DE REGULACAO DA REGIAO DE SAUDE CENTRAL	2 - NORMAL
27	1802941	ANNA VICTORIA DE ARAUJO COSTA REIS SA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	MED. DA FAMILIA E COMUNIDADE	GERENTE	GERENCIA DE REGULACAO DA REGIAO DE SAUDE CENTRAL	2 - NORMAL
28	1452177	GUSTAVO PEREIRA COSTA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	MEDICO - CLINICA MEDICA		GERENCIA DE REGULACAO DA REGIAO DE SAUDE CENTRAL	2 - NORMAL
29	1336916	FRANCIANE VEIGA CASTELLO BRANCO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	MEDICO - PEDIATRIA		GERENCIA DE REGULACAO DA REGIAO DE SAUDE CENTRAL	2 - NORMAL
30	1333275	MARIA MARGARETE MIRANDA DE BARROS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	TELEFONISTA		GERENCIA DE REGULACAO DA REGIAO DE SAUDE CENTRAL	2 - NORMAL
31	1835270	LUIZ HENRIQUE MOTA ORIVES	R\$ 780,98	R\$ 1.222,00	ENFERMEIRO	GERENTE	GERENCIA DE ACESSO E QUALIDADE EM ATENCAO PRIMARIA A SAUDE	2 - NORMAL



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
SEGUNDA PROCURADORIA**

Destacou que, dos 31 servidores lotados na DIRAPS, 7 recebem ambas as gratificações, havendo, dentre essas, **duas servidoras gestantes** lotadas temporariamente:

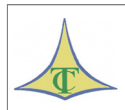
12. Destes, 02 (duas) servidoras gestantes estão apenas temporariamente lotadas na DIRAPS, justamente para ficarem afastadas das áreas insalubres de suas lotações originais (GSAPs), como forma de proteção tanto da mãe, quanto do nascituro, conforme determina a legislação vigente, e que inclusive veda expressamente qualquer perda salarial em decorrência de eventual necessidade de remoção temporária nesse período de especial proteção à maternidade.
13. Nesse sentido, a Lei Orgânica do Distrito Federal, no seu art. 35, III e IV, garantiu proteção especial à servidora gestante ou lactante, até os primeiros 12 meses de vida da criança. Da mesma forma, a Lei Complementar nº 840/2011, art. 80, § único, também garante à servidora gestante ou lactante exercer suas atividades em local salubre e não perigoso.
14. Demais instrumentos opinativos e normativos, como o Parecer Jurídico SEI-GDF nº 44/2018-PRCON/PGDF/2018-PGDF/GAB/PRCON, estabelece a remoção temporária de servidoras gestantes ou lactantes de áreas insalubres e perigosas, para áreas salubres e não perigosas enquanto durar a gestação e a amamentação, sem prejuízo da percepção de vencimentos e gratificações, e a Circular SEI-GDF nº 3/2018 – SES/SUGEP/DIAP, orienta os procedimentos no SIGRH caso seja necessário a alteração temporária de lotação para área salubre e não perigosa de gestantes e lactantes, enquanto durar a gestação e a amamentação, sem que haja qualquer prejuízo financeiro às servidoras.

Quanto aos demais servidores lotados na DIRAPS que percebem as gratificações, ressaltou que as percebem amparadas na legislação regente.

**3) esclareça, também, se o Gerente da UBS 2 do Cruzeiro, e todos os demais Gerentes de UBS recebem as referidas gratificações, a despeito do desempenho de atividades administrativas. Em hipótese afirmativa, motivar, informando seus valores para cada servidor referido e**

A SES/DF informou:

19. Em relação ao item “c)”, que indaga se os gerentes das GSAPs recebem as gratificações de atenção básica, informamos que todos os gerentes recebem GAB e GCET, conforme se pode constatar da planilha (37486507).
20. De acordo com as leis que criaram as gratificações GAB e GCET, **Lei nº 318, de 23 de setembro de 1992** e **Lei nº 2.339, de 12 de abril de 1999**, e conforme se depreende dos artigos acima transcritos, os servidores farão jus às respectivas gratificações em razão da lotação e do cumprimento integral de carga horária em ações básicas de saúde prestadas em unidades onde exista o programa saúde da família, portanto, s.m.j., todos os servidores que venham a preencher esses requisitos fazem jus às respectivas gratificações, independente do cargo.
21. Entretanto, iremos encaminhar o presente documento à apreciação da Gerência de Pessoas a fim de que essas informações sejam reiteradas ou retificadas, uma vez que esta Diretoria é uma unidade de gestão assistencial, e não de gestão em recursos humanos.
22. Ademais, aproveitamos para solicitar ao GP/DA/SRSCE/SES, que informe se todos os 05 (cinco) servidores lotados na DIRAPS e que recebem as gratificações de atenção básica, realmente se encaixam nos critérios de elegibilidade constantes da **Lei nº 6.133, de 06 de abril de 2018**, em especial quanto ao servidor FABIANO DE ANDRADE PEREIRA, matrícula 1439622X, uma vez que não consta da planilha (37486507) que o mesmo esteja ocupando qualquer cargo em comissão na atualidade.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
SEGUNDA PROCURADORIA**

**4) quaisquer informações que V.Sa. quiser acrescentar.**

23. Finalizando nos questionamentos do MPC, acrescentamos que a DIRAPS ocupa atualmente espaço físico em duas unidades básicas, sendo um espaço na GSAP2-CRZ onde fica o maior contingente da Diretoria e na GSAP1-LN onde fica a Gerência de Regulação da Região Central e também subordinada à DIRAPS.
24. Nesse sentido, essa presença física não tem dificultado o atendimento aos pacientes da unidade, porém, é certo que esse espaço poderia ser utilizado para as atividades administrativas da própria UBS, liberando outros ambientes para o atendimento ao público em geral.
25. Idealmente, a Diretoria deveria ter um espaço físico próprio, porém, até o momento não foi possível conseguir uma área adequada para acomodar todas as gerências e núcleos da DIRAPS, mas esperamos que em breve essa situação seja equacionada da melhor forma possível.

Nos termos das informações encaminhadas pela SES/DF, o pagamento das **Gratificações de Incentivo às Ações Básicas de Saúde – GAB e por Condições Especiais de Trabalho –GCET** estariam lastreadas nos seguintes dispositivos legais:

- **Lei nº 318/92**, que instituiu a Gratificação do Incentivo às Ações Básicas de Saúde e a Gratificação de Movimentação;

**Art. 1º** Ficam instituídas, para os servidores integrantes da carreira Assistência Pública à Saúde do Distrito Federal, as seguintes gratificações:

I – Gratificação do Incentivo às Ações Básicas de Saúde; (destaquei)

II – Gratificação de Movimentação.

**Art. 2º** A Gratificação de Incentivo às Ações Básicas de Saúde corresponderá aos seguintes percentuais:

I – 10% (dez por cento) para os servidores em exercício nos centros de saúde, postos de saúde urbanos e postos de assistência médica da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal; (*Inciso com a redação da Lei nº 6.531, de 8/4/2020*)<sup>2</sup> (destaquei)

II – 20% (vinte por cento) para os servidores em exercício nos postos de saúde rurais da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. (*Inciso com a redação da Lei nº 6.531, de 8/4/2020*)<sup>3</sup> (destaquei)

§ 1º Somente fará jus à gratificação em sua totalidade **o servidor que cumprir integralmente a sua carga horária semanal em atividades relacionadas com as ações básicas de saúde.**

<sup>2</sup> **Texto original:** I – 10% (dez por cento) para os servidores em exercício nos centros de saúde, postos de saúde urbanos e postos de assistência médica da Fundação Hospitalar do Distrito Federal;<sup>2</sup>

<sup>3</sup> **Texto original:** II – 20% (vinte por cento) para os servidores em exercício nos postos de saúde rurais da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
SEGUNDA PROCURADORIA**

§ 2º Na hipótese de o servidor cumprir carga horária inferior perceberá a Gratificação proporcionalmente ao número de horas trabalhadas.

[...]

- **Lei nº 2399/99**, que instituiu Gratificação por Condições Especiais de Trabalho – GCET;

**Art. 1º** Fica instituída a Gratificação por Condições Especiais de Trabalho – GCET na Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

**Art. 2º** A Gratificação de que trata o artigo anterior será de vinte por cento sobre a remuneração inicial das respectivas carreiras, aplicada aos servidores com jornada de trabalho de quarenta horas semanais, prestadas exclusivamente nos centros e postos de saúde nas Regionais onde exista o Programa Saúde da Família. [...] (destaquei)

- **Lei nº 6133/18**, que estabeleceu a Estratégia Saúde Família como modelo da atenção primária do Distrito Federal e promove medidas para seu fortalecimento.

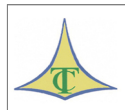
**Art. 1º** A atenção primária à saúde no Distrito Federal é realizada com base na Estratégia Saúde da Família.

**Art. 2º** As gratificações previstas no art. 1º, I, da Lei nº 318, de 23 de setembro de 1992, e na Lei nº 2.339, de 12 de abril de 1999, podem ser pagas ao agente comunitário de saúde, desde que componha equipe de Saúde da Família – eSF, resida na região administrativa em que atua, atinja as metas de desempenho estabelecidas em regulamento e cumpra os demais requisitos previstos em lei.

*Parágrafo único.* As metas de desempenho para o recebimento das gratificações previstas no *caput* pelo agente comunitário de saúde devem relacionar-se, no mínimo, ao cadastramento da população sob sua responsabilidade e ao número de visitas domiciliares realizadas.

**Art. 3º** Os servidores de quaisquer categorias que já receberam as gratificações previstas no art. 2º não as terão suspensas enquanto ocuparem cargo comissionado em órgão de gestão específico da atenção primária à saúde do Distrito Federal, ainda que exerçam suas funções fora da unidade básica de saúde. [...] (destaquei)

De acordo com a Lei nº 318/92, fazem jus à **Gratificação de Incentivo às Ações Básicas de Saúde – GAB**, no percentual de 10%, os servidores **em exercício nos centros de saúde, postos de saúde urbanos e postos de assistência médica da SES/DF** e, no patamar de 20% os servidores em exercício nos postos de saúde rurais da SES/DF, **desde que haja a prestação de serviços em atividades relacionadas com as ações básicas de saúde.**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
SEGUNDA PROCURADORIA**

**Assim, para percepção da GAB, há necessidade de preenchimento de dois requisitos:**

- I - exercício nos centros de saúde, postos de saúde urbanos e postos de assistência médica (10%) ou em postos rurais (20%); e
- II – prestação de serviços em atividades relacionadas com as ações básicas de saúde.

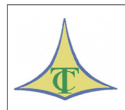
Sobre a questão, nos autos do **Processo nº 21253/2015**, mediante **Decisão nº 2310/2017**, a Corte deliberou por:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – [...];

III – considerar: a) **procedente a Representação n.º 26/2015-CF/MPC**; b) ilegal o pagamento da **Gratificação de Movimentação** instituída pela Lei distrital n.º 318/1992 aos servidores lotados na Administração Central da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, por não se incluir no rol de Unidades de Saúde definido no art. 6º do Decreto federal nº 76.973/1975 e aludido no art. 3º da referida lei distrital;

IV – informar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que, **no tocante à Gratificação de Incentivo às Ações Básicas de Saúde**, e até que sobrevenha lei alterando os arts. 1º e 2º da Lei distrital n.º 318/1992, **a vantagem é devida aos servidores que, comprovadamente, exerçam atividades relacionadas com as ações básicas de saúde, uma vez que, conforme entendimento prevalecente no Poder Judiciário distrital, o direito à referida gratificação não deriva do mero exame da natureza jurídica administrativa da lotação, mas, sim, da natureza das atribuições do cargo ocupado pelo servidor;**

V – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES que, no tocante à Gratificação de Movimentação: a) cesse imediatamente o pagamento da vantagem aos servidores lotados na Administração Central, bem como levante todos os casos de pagamento irregulares da referida gratificação para tais servidores, promovendo o ressarcimento ao erário dos valores percebidos ilegalmente, observando, em todos os casos, o prévio exercício das prerrogativas que defluem dos princípios do contraditório e da ampla defesa, bem como a prescrição quinquenal; b) relativamente aos servidores que se encontravam lotados em Unidades de Saúde cuja a Região Administrativa era a mesma na qual residiam, irregularidade noticiada pela Unidade de Controle Interno na Nota Técnica 020/2014-UCI/SES/DF, deve a SES-DF adotar todas as medidas saneadoras para cessar a ilegalidade dos pagamentos, bem como aquelas referentes à devolução dos valores recebidos indevidamente, observando, igualmente, em todos os casos, o prévio exercício das prerrogativas que defluem dos princípios do contraditório e da ampla defesa; [...].



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
SEGUNDA PROCURADORIA**

Na sequência, a SES/DF, o SindSaúde e o Sindicato dos Enfermeiros interpuseram Pedido de Reexame contra os **itens III e V da Decisão nº 2310/2017**, tendo o TCDF, no mérito, decidido:

**DECISÃO Nº 3121/2018**

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – [...]; II – **dar provimento aos pedidos de reexame** interpostos pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES-DF (e-DOC 0E5B68B3-c – peça 56), pelo Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Brasília – SINDSAÚDEDF (e-DOC 4D5E0A5F-c – peça 61) e pelo Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal – SINDENFERMEIRO-DF (e-DOC C78A1057-c – peça 68), a fim de: a) reformar a Decisão n.º 2.310/2017 (e-DOC B25624C6-e – peça 51), **para considerar insubsistentes os incisos III, “b”, e V, “a”**; b) esclarecer que **é legal o pagamento da Gratificação de Movimentação, instituída pela Lei distrital n.º 318/1992<sup>4</sup>**, aos servidores lotados na Administração Central da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal; III – dar ciência desta decisão aos recorrentes, bem como à Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF; IV – autorizar o arquivamento do feito

Assim, permanecem hígidos os termos do **item IV da Decisão nº 2310/2017**, no sentido de que a *“Gratificação de Incentivo às Ações Básicas de Saúde, e até que sobrevenha lei alterando os arts. 1º e 2º da Lei distrital n.º 318/1992<sup>5</sup>, a vantagem é devida aos servidores que, **comprovadamente, exerçam atividades relacionadas com as ações básicas de saúde, uma vez que, conforme entendimento prevalecente no Poder Judiciário distrital, o direito à referida gratificação não deriva do mero exame da natureza jurídica administrativa da lotação, mas, sim, da natureza das atribuições do cargo ocupado pelo servidor**”*.

Ademais, a **Lei nº 6133/18** permitiu aos servidores de quaisquer categorias que já recebem a GAB e a GCET, em sua lotação de origem, ***“não as terão suspensas enquanto ocuparem cargo comissionado em órgão de gestão específico da atenção primária à saúde do Distrito Federal, ainda que exerçam suas funções fora da unidade básica de saúde”***.

<sup>4</sup> Oportuno rememorar que o MPCDF em parceria com o MPDFT logrou obter decisão judicial em sentido contrário. Ação Civil Pública, julgada procedente em primeira instância, Processo: 0709778-97.2018.8.07.0018, foi confirmada pelo TJDF. A Justiça seguiu o entendimento do Ministério Público de Contas do DF e do Distrito Federal e Territórios: “Não se pode reconhecer como legítimo o pagamento de gratificação em contrariedade com previsão legal, sob pena de desvirtuamento do objetivo do legislador ao instituir a referida parcela remuneratória. Assim, mostra-se ilegítima a interpretação extensiva conferida pela Administração Pública de modo a abarcar situações fáticas que não previstas legalmente.” <https://mpc.tc.df.gov.br/?p=30003497>. Posteriormente, o GDF enviou PL à CLDF e logrou aprovar a Lei 6531/20, que alterou os artigos referentes à GMOV.

<sup>5</sup> Não se vislumbrou a ocorrência dessa alteração, apenas, com relação à GMOV (arts. 3º, I e II).





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
SEGUNDA PROCURADORIA**

Nesse contexto, somente os servidores que exercem **atividades relacionadas com as ações básicas de saúde** nos centros de saúde, postos de saúde urbanos e postos de assistência médica (10%) ou em postos rurais (20%) poderiam perceber a **Gratificação de Incentivo às Ações Básicas de Saúde – GAB**, ou, ainda, **aqueles que exercem cargo de gestão específico**, na condição referida.

Note-se que, nem todos os servidores lotados em centros de saúde, postos de saúde urbanos e postos de assistência médica ou em postos rurais fazem jus à GAB, mas somente aqueles que, além de exercerem suas atividades nas referidas unidades, prestam serviços relacionados com as ações básicas de saúde.

**Portanto, o fato de a DIRAPS estar funcionando em uma UBS não faz com que todos seus servidores tenham direito à gratificação em tela.**

No tocante à **Gratificação por Condições Especiais de Trabalho – GCET**, a Lei nº 2399/99, estabelece que podem percebê-la “os servidores com jornada de trabalho de quarenta horas semanais, prestadas exclusivamente nos centros e postos de saúde nas Regionais onde exista o Programa Saúde da Família”, exigindo, portanto, para sua percepção o preenchimento cumulativo dos requisitos indicados.

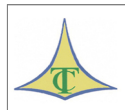
Tal entendimento é corroborado por decisões proferidas pelo TCDF no âmbito do **Processo nº 29.357/2014**<sup>6</sup>, a exemplo da Decisão Reservada nº 3/2017:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:

[...]

IV – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que, no prazo de 60 (sessenta) dias, apresente circunstanciados esclarecimentos acerca: a) **da existência de servidores com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotados em Centros de Saúde habilitados para o Programa Saúde em Família - PSF, que não recebem a Gratificação por Condições Especiais de Trabalho – GCET**; b) **da identificação de servidores lotados, em parte da jornada de trabalho, em unidade de Direção Geral de Saúde, não habilitada para o Programa Saúde em Família – PSF e que, não obstante, recebem a referida vantagem**; c) da identificação de servidores lotados parcialmente em unidades da Direção Geral de Saúde, onde não há Programa Saúde em Família - PSF, que ainda recebem a Gratificação por Condições Especiais de Trabalho – GCET;

<sup>6</sup> “Denúncia relatando a possível existência de irregularidades no pagamento da Gratificação por Condições Especiais de Trabalho - GCET, criada pela Lei nº 2.339/1999, a servidores lotados no Centro de Saúde nº 03 em Sobradinho II, da Regional de Saúde de Sobradinho.”



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SEGUNDA PROCURADORIA**

V – determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - SEFIPE que, após o oferecimento dos esclarecimentos pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, realize a avaliação integral dos dados remetidos pela Jurisdicionada, de modo a identificar inconformidades na percepção de Gratificação por Condições Especiais de Trabalho – GCET em **todas as Regionais, Centros e Postos de Saúde**, em atenção ao escopo definido na r. Decisão Reservada nº 33/2015;

VI – autorizar: a) a realização de inspeção na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF e onde mais se fizer necessário, com fundamento no art. 233, inciso II, do RI/TCDF, para avaliação das irregularidades indicadas na peça conhecida pelo item I-b acima; [...].

O Tribunal também determinou à SEFIPE (proposta do MPC/DF acolhida pelo Relator) que realizasse a avaliação integral dos dados remetidos pela SES/DF<sup>7</sup>, *“de modo a identificar inconformidades na percepção de Gratificação por Condições Especiais de Trabalho – GCET em **todas as Regionais, Centros e Postos de Saúde**”*.

Registre-se que, mediante Ofício nº 555/2016-MPC/PG, deu-se conhecimento ao Relator, Conselheiro Renato Rainha, sobre possíveis irregularidades que estariam ocorrendo em relação ao pagamento da GCET, referentes ao mês de junho de 2016, a diversos servidores lotados nas unidades de saúde vinculadas às Superintendências Regionais de Saúde do DF.

A SES/DF encaminhou o Ofício SEI-GDF nº 804/2017-SES/GAB<sup>8</sup> dando conta de servidores lotados na Superintendência da Região de Saúde Norte que receberiam a GCET, ratificando que, de fato, alguns servidores a perceberiam de forma indevida.

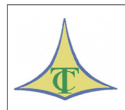
Após nova análise, o TCDF, por meio da Decisão Reservada nº 20/2018, determinou a SES/DF que apurasse *“os valores da GCET que tenham sido pagos indevidamente a servidores do quadro da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, **em especial os listados no Quadro 3 da Informação da Secretaria de Fiscalização de Pessoal -SEFIPE (fl. 212)**, que tiveram o pagamento da parcela suspenso, a fim de que se proceda ao ressarcimento por enriquecimento ilícito à custa do erário, a teor do Enunciado 79 das Súmulas de Jurisprudência do TCDF”*, bem como autorizou, *“se for o caso, a realização de inspeção na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF e onde mais se fizer necessário, com fundamento no art. 233, inciso II, do RI/TCDF, para avaliação das irregularidades tratadas nos autos”*

7

6. Em resposta ao item “a”, informou-se a existência de 276 equipes nos Centros de Saúde, Postos de Saúde Urbanos e Rurais e Unidades Básicas de Saúde de 22 Regiões Administrativas do Distrito Federal, segundo dados extraídos do Sistema de Informação de Atenção Básica – SIAB/DATASUS, referente ao mês de abril/2015, conforme documentos de fls. 65/69 e arquivo encaminhado em CD-ROM, documento eletrônico (e-DOC) 8AFE3E20-e, nome do arquivo: “Relação Equipes Saúde – abr 2015”, que foi juntado às fls. 113/121, após ser editado para constar apenas os segmentos (regiões) 18 (Sobradinho) e 19 (Sobradinho II), onde se inclui a unidade CSS 03 - Centro de Saúde nº 03, com situação de Consistida pelo CNES, ou seja, habilitada para o funcionamento do Programa Saúde em Família (PSF), o que interessa à presente análise.

8

Segue a relação dos servidores que estão recebendo a Gratificação por Condições Especiais de Trabalho – GCET de maneira irregular na Superintendência da Região de Saúde Norte - SRSNO. Ressaltamos que devido ao processo de conversão da Atenção Primária à Saúde muitas movimentações de lotação foram realizadas em julho de 2017, ocasionando alguns casos de recebimento indevido da referida gratificação neste mês.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
SEGUNDA PROCURADORIA**

**O CT identificou que, em dezembro de 2019, 4.296 (quatro mil, duzentos e noventa e seis) servidores receberam a GCET, todavia, sem aferir a regularidade de seu pagamento.** Reconheceu que houve melhorias de ordem operacional (concessão da GCET a servidores que atendem aos critérios fixados na Lei nº 2.339/99, jornada de 40 horas e atuação exclusiva nas regionais onde há o Programa Saúde da Família – PSF.), mas **que permanecem inconsistências e falhas quanto ao registro/atualização das citadas lotações e pagamento da GCET.**

**Vale mencionar a DECISÃO Nº 63/2020:**

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – [...];

III – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que adote as seguintes providências, que **serão objeto de verificação em futura auditoria:**

a) atualizar e corrigir os registros de lotações - principais e secundárias - no SIGRH, em especial dos servidores que atendem aos critérios fixados na Lei n.º 2.339/99 (jornada de 40 horas e atuação exclusiva nas regionais onde há o Programa Saúde da Família – PSF), para a percepção da GCET, a fim de evitar o pagamento da mencionada gratificação a servidores que não cumpram os requisitos legais;

b) apurar o ressarcimento dos valores da GCET eventualmente pagos indevidamente a servidores que não faziam jus a essa gratificação, conforme prescreve o Enunciado n.º 79 das Súmulas de Jurisprudência do TCDF, sem olvidar a finalização dos processos administrativos de ressarcimento ao erário já instaurados, conforme Ofício SEI-GDF nº 3297/2019-SES/GAB (edoc 67EF8887); [...]

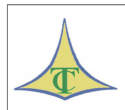
De observar, pois, que a Corte, relativamente aos anos de 2018, 2019 e 2020, ainda não aferiu a litude dos pagamentos efetuados a título de GCET.

**II – Denúncia específica a respeito de duas servidoras da SES/DF**

Por fim, importante, ainda, mencionar que o MPC/DF recebeu outra denúncia em sua Ouvidoria, correlata, assim:

Venho através de este denunciar recebimento irregular de gratificações destinadas exclusivamente aos profissionais lotados na área assistencial da Atenção Primária à Saúde - APS.  
- MARTHA JUSSARA MIRANDA VASCONCELOS - Mat. 1438407-8, **lotada na GSAP1-CRZ, e desde agosto de 2019 está apoiando irregularmente a DIRAPS,** lotada em uma unidade, prestando serviços administrativos a outra unidade e recebendo GAP, GCET e INSALUBRIADE, **mesmo sem atender nenhum usuário.**

- CECILIA DE ABREU COUTINHO MADRUGA - Matrícula 1657767-1 -



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
SEGUNDA PROCURADORIA**

Fisioterapeuta, lotada na GSAP1-AS, **porém desviada irregularmente de lotação, recebendo GAB, GCET e insalubridade, sem atender nenhum usuário.**

O MPC/DF diligenciou a respeito, recebendo a seguinte resposta:

- 1) é verdadeira a informação? Se verdadeira, quais as providências que estão sendo adotadas para a solução do problema?

Resposta: **A informação não é verdadeira, a servidora Cecília de Abreu Coutinho Madruga, fisioterapeuta, matrícula 1657767-1 encontra-se lotada nessa Unidade Básica de Saúde (GSAP1-AS) desde janeiro de 2019 e faz jus ao recebimento das mencionadas gratificações, bem como de insalubridade.** A servidora em tela compõe o Núcleo Ampliado de Saúde da Família - NASF. Ela realiza atendimentos individuais (relatório referente ao mês de março de 2020 - 39320453), atendimentos coletivos (relatório referente ao mês de março de 2020 - 39320550), faz visitas domiciliares, participa de reuniões de equipe, participa do programa saúde na escola, entre outras atividades.

Em razão da pandemia do coronavírus, os atendimentos coletivos estão suspensos. Atualmente a referida servidora tem apoiado a gestão (o atual DIRAPS - Diretor Regional da Atenção Primária de Saúde da Região Central), ajudado na campanha vacinação da Influenza, nos postos de coleta do teste rápido do COVID, bem como está à disposição para consultas individuais e compartilhadas, e ainda disponibilizou-se a realizar atendimentos em sua especialidade no HRAN.

(...)

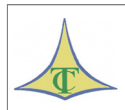
Em atenção ao Despacho SES/SRSCE/DA/GP/NGPAPS-CE (39166719), que versa sobre a requisição de informações contidas no Ofício nº 151/2020- G2P (38856253) **sobre a servidora Martha Jussara Miranda Vasconcelos, Médica da Família e Comunidade, Matrícula 1438407-8, informo que não é verdadeira a afirmação discorrida no referido ofício.**

A servidora em tela encontra-se lotada na GSAP2-Crz desde abril de 2019, recebendo regularmente GCET, GAB e insalubridade.

Na Unidade Básica de Saúde onde a servidora encontra-se lotada, ela desenvolve atividades inerentes ao seu cargo, bem como auxilia a Diretoria Regional da Atenção Primária a Saúde – DIRAPS (Processo SEI 00060-00102930/2020-35).

No momento, em razão da pandemia COVID 19 e em função da prevenção ao contágio pelo Coronavírus, a servidora encontra-se em teletrabalho em caráter excepcional e temporário, deferido pela medicina do trabalho e autorizado pelo Superintendente da Região de Saúde Central, visto que a servidora foi classificada como subgrupo de risco B, conforme processo SEI 00060-00140480/2020-89.

A servidora aguarda o término do período de teletrabalho para retomar os atendimentos presenciais aos pacientes da GSAP2-Crz.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
SEGUNDA PROCURADORIA**

**Com relação à primeira denunciada, foram apresentados relatórios confirmando atendimentos** individuais (relatório referente ao mês de março de 2020 - 39320453), atendimentos coletivos (relatório referente ao mês de março de 2020 - 39320550), faz visitas domiciliares, participa de reuniões de equipe, participa do programa saúde na escola, entre outras atividades.

No primeiro relatório, apontam-se apenas 05 pacientes em UBS e 01 consulta agendada; outras 05 consultas, com evidente erro de soma, ao invés de 4; além de atenção domiciliar não informada, em número de 05, o que se repete no mês de março de 2020, para os demais itens, como encaminhamento, conduta, desfecho, etc., além de atividades coletivas.

**Com relação à segunda, a afirmação é genérica:**

Na Unidade Básica de Saúde onde a servidora encontra-se lotada, ela desenvolve atividades inerentes a seu cargo, bem como auxiliar a DIRAPS.

Nesse contexto, tendo em conta as informações prestadas pela SES/DF, bem como a legislação regente, e que ainda persistem, no âmbito da SES/DF, pagamentos indevidos das **Gratificações de Incentivo às Ações Básicas de Saúde – GAB e por Condições Especiais de Trabalho – GCET**, em que pesem as deliberações do TCDF, o MPC/DF requer ao e. Tribunal:

I – conheça da Representação Ministerial, porquanto preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 230 do RITCDF;

II – determine à SEFIPE que examine, em autos apartados, por Superintendências de Regiões de Saúde<sup>9</sup>, iniciando-se pela DIRAPS do Cruzeiro, a fim de aferir a regularidade dos pagamentos efetuados a título de **Gratificação de Incentivo às Ações Básicas de Saúde – GAB e Gratificação por Condições Especiais de Trabalho – GCET**, relativamente aos anos de 2018, 2019 e 2020, inclusive em relação à situação das duas servidoras, antes referidas.

Brasília, 4 de junho de 2020.

**CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA  
PROCURADORA**

---

<sup>9</sup> 1 SUPERINTENDÊNCIA DA REGIÃO DE SAÚDE CENTRAL, 2 SUPERINTENDÊNCIA DA REGIÃO DE SAÚDE CENTRO-SUL, 3 SUPERINTENDÊNCIA DA REGIÃO DE SAÚDE OESTE, 4 SUPERINTENDÊNCIA DA REGIÃO DE SAÚDE SUL, 5 SUPERINTENDÊNCIA DA REGIÃO DE SAÚDE SUDOESTE, 6 SUPERINTENDÊNCIA DA REGIÃO DE SAÚDE NORTE e 7 SUPERINTENDÊNCIA DA REGIÃO DE SAÚDE LESTE.